O DISCURSO DA GERMANIDADE E A EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S.A.

Maria do Carmo dos Santos Bastos[1]

***Resumo**: Este artigo procura indicar novas perspectivas no âmbito da História Empresarial. Tomando como referência a Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A o que possibilita a sua compreensão a partir das leituras de novos autores e conceitos e não apenas dos conceitos clássicos da evolução econômica e financeira. Privilegia-se a germanidade como um dos novos discursos na compreensão da história desta empresa.*

***Palavras-Chaves:** Energia elétrica - Germanidade - Memória - Subjetividade.*

***Abstract:** This article is an attempt to indicate new perspectives in the field of Entrepreneur History. The main reference is the "Santa Catarina Power and Light Enterprise" (Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A), considered from new authors and concepts, and not only from the classical concepts of financial and economics evolution. The concept of germanity is stressed as one of the news discourses, in order to understand the Enterprise's history.*

***Key-words**: Electricity – Germanity – Memory - Subjectivity*

A Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A., doravante denominada FORÇALUZ, foi fundada em 1920 em São Paulo e incorporada em 1964 pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC. Antes disso, em 1909, tinha-se constituído como Empresa de Eletricidade Salto, responsável pela construção da primeira usina hidrelétrica do Vale do Itajaí – Salto Weissback - localizada no município de Blumenau, sede da Empresa. Nestes 44 anos construiu mais duas usinas hidrelétricas – Cedros e Palmeiras - e atuou no Vale do Itajaí na produção e distribuição de energia elétrica.

---

[1] Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Schmitz.

A história da Empresa, de seus fundadores, acionistas e trabalhadores e a história do município se imbricam e se completam a tal ponto que somente é possível entender aquela se entendida esta. O atual município de Blumenau foi originalmente uma colônia alemã, herdando o nome do seu fundador, Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau. Neste sentido, todas as relações foram e são até os dias atuais, permeadas pelo discurso da germanidade que, entre outros aspectos, destacaria uma especial dedicação alemã ao trabalho. Discurso que, a meu ver, tinha em vista a promoção de uma constante hegemonia, buscando escamotear as diferenças sociais com a construção de um imaginário legitimado pela identificação étnica.

Criou-se, portanto, um discurso em que o trabalhador alemão seria possuidor de qualidades positivas intrínsecas, essenciais e igualitariamente compartilhadas por todos. A tal ponto que, no limite, elas seriam inatas, congênitas e hereditárias, transmitidas de geração a geração, apuradas secularmente através de uma cultura superior e de um espírito indômito. Superioridade baseada em uma percepção própria da realidade, pois o conhecimento técnico e operativo dos alemães foi transformado em um discurso de civilidade, de enaltecimento do imigrante germânico, resultando uma exagerada afirmação do sucesso da colonização, que seria devida ao esforço, perseverança e dedicação ao trabalho. O que se constata é que especificidades individuais e culturais foram transformadas em qualificação para os colonizadores alemães e em desqualificação para os habitantes locais.

Esses discursos, estigmatizantes e discriminatórios, foram utilizados como fundamento para práticas mais excludentes ainda, levando não só o trabalhador nacional a ter que corresponder a este novo modelo ideal, mas também o próprio trabalhador germânico que, ao corresponder ao discurso, acabou sendo enlaçado por relações trabalhistas muitas vezes desumanas, que propiciavam a alguns poucos empresários o sucesso em seus empreendimentos. Por hipótese, o discurso da superioridade germânica foi muito útil para uma elite que se construía em Blumenau, que não precisou utilizar práticas repressivas com seus trabalhadores, pois eles se esforçavam por corresponder ao modelo ideal de trabalhador, engrandecendo a "raça" germânica.

Desnecessário lembrar o papel representado pela elite em uma sociedade capitalista, que é o de instrumento de controle da subjetividade, à medida que interfere na produção de um imaginário. Resumidamente, essa elite, ao instrumentalizar o discurso, cria a exclusão com base em concepções naturalizadas do tipo de sociedade que se quer estabelecer. Assim, ao definir que o imigrante alemão era o modelo ideal de colonizador/trabalhador, definiu-se também o modelo de sociedade que se estava estabelecendo e o tipo ideal de homem que a deveria habitar.

Mas, saliente-se, esses discursos tinham relação com um conjunto de objetividades e subjetividades que os dotavam de sentido, a partir da especificidade histórica que os envolviam. Eram, e em certo sentido ainda são, discursos que tinham espaços e temporalidades próprios, garantidos pela especificidade de sua época. Havia uma legitimidade que permitia que estes fossem ouvidos e aceitos, em meio a uma multiplicidade de discursos.

Eni Puccinelli Orlandi[2] lembra que as palavras não são significativas por si mesmas: é o texto que lhes dá significação. As palavras só encontram eco e ressonância quando têm textualidade. O discurso da germanidade, portanto, somente se sustentou por possuir uma realidade que o significou. Isto é, a formação discursiva da germanidade foi legitimada por uma prática.

Para Pierre Bourdieu[3], os discursos são concepções sociais cristalizadas e reificadas que, operando como uma espécie de hábito, tornam-se princípios. Estes, ao se disseminarem, alteram comportamentos e valores, sendo reproduzidos. Esse mesmo processo, quando analisado por Norbert Elias[4], será denominado de processo civilizador.

Na questão da germanidade é necessário superar as relações aparentes do discurso, desvelando o processo ideológico a que ela está submetida e a presença de contradições que apontam para o não-dito. Não

---

[2] ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* Petrópolis: Vozes, 1996. p. 52-62.

[3] BORDIEU, Pierre. *La distinction – Critique sociale du jugement.* Paris: Minuit, 1979.

[4] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

é pretensão deste trabalho denunciar a exploração das classes trabalhadoras, pois seria apontar a obviedade. O que se pretende sim, é descrever, analisar e compreender como estas relações se estabeleceram; elucidar os significados e significantes que foram utilizados no discurso da germanidade; apontar onde estes aparecem; e compreender, para além da cooperação dos trabalhadores, a inteligibilidade que permitiu uma produção imaginária de ser no mundo e, consequentemente, a identificação com o mesmo. Pois, ao se identificar, o trabalhador germânico almeja corresponder a uma determinada forma de ser, construída por um grupo diferenciado de pessoas, a chamada elite. Esta construção se dá através da efetivação de um conjunto de intervenções, justificadas pelo discurso.

As reflexões teóricas que orientarão a análise deste trabalho, no que se refere a questão da produção de subjetividade, envolverá as obras dos autores Félix Guattari e Gilles Deleuze[5]. Para esses autores, as relações de produção não são separadas de outras relações que os homens mantêm em seu cotidiano, pois se imbricam em relações sociais, políticas, culturais, de poder, etc. São relações sociais, produzidas e vivenciadas por homens que se organizam em territórios.

Os territórios são os diferentes espaços vividos pelos homens: sociais, laborais, culturais, estéticos, cognitivos, entre outros. Eles influenciarão as formas individuais e coletivas de subjetividade e, consequentemente, os comportamentos. Nesse sentido, a subjetivação dependerá dos espaços freqüentados e da produção realizada. É nestes espaços que se estabelecem práticas de controle com sistemas disciplinares que, articulados entre si, criam matrizes discursivas, práticas organizacionais e modos de ser e estar no mundo. É também nestes espaços que se estabelecem campos de luta, de confronto e de resistência.

---

[5] Irei me apoiar nas seguintes obras: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 Vols. I e II. GUATTARI, Félix. *Caosmose: Um novo paradigma estético.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo.* Petrópolis: Vozes, 1986. GUATTARI, Félix. *As três ecologias.* 3ª ed., São Paulo: Papirus, 1991. MACHADO, Roberto. *Deleuze e a filosofia.* Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Esses espaços se desfazem – *desterritorialização* – e se refazem – *reterritorialização* – a todo momento. À medida que o social se modifica, o homem acompanha, alterando as maneiras de compreender e se mover no mundo. Neste processo dinâmico há um agenciamento de relações interligadas. Os agenciamentos, por conseqüência, são fluxos que se ligam, se entrelaçam e se conectam como em uma máquina, na qual uma engrenagem move a outra. Cada movimento é, ao mesmo tempo, produção e expressão de novos conhecimentos. Os autores derivam desta concepção o conceito maquínico, usado como metáfora do funcionamento do social: uma grande máquina.

Os agenciamentos são múltiplos e independentes de um modelo, produzindo mundos e territórios existenciais. Este conceito amplia a noção de estrutura, sistema e forma, pois abarca componentes de ordem biológica, social, imaginária, epistêmica e maquínica. O conceito que mais se aproxima desta visão seria a idéia de *campo* de Pierre Bourdieu[6]. Neste caso, o autor não está falando especificamente do social, científico, político, jurídico, artístico ou religioso, mas sim da intersecção destes campos. Para ele as relações se organizam no que se poderia chamar de *campo conjuntural de disputas*.

Nesta perspectiva, a produção de subjetividade é relacional e está comprometida com um lugar e um tempo. É essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. Elimina-se, portanto, o caráter determinista e inato de uma identidade supostamente pré-determinada, impossibilitando, ao mesmo tempo, que se utilize o conceito de natureza humana como explicação da germanidade.

O conceito de n*atureza humana* é apriorístico, implicando no fato de que nascer com um corpo humano nos tornaria homens. Isto é diferente do conceito de *condição humana*, na qual é preciso mais do que um corpo humano para ser homem. É necessário que este *homem* genérico e amorfo seja inserido em uma sociedade e que, na e pela cultura, se humanize. Ser homem, neste sentido, é uma condição histórica, à medida que é na sociedade que ele se constituirá. O homem, portanto, é relacional, e de suas relações é que se estabelecerá a subjetividade.

---

[6] BORDIEU, op. cit.

A subjetividade é essencialmente fabricada, modelada por *máquinas de produção da subjetividade*, para usar a expressão dos autores, e são variadas. Em sistemas ou sociedades tradicionais a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, religiosa, cultural, etc. Atualmente, nas sociedades modernas, as máquinas de produção de subjetividade se dão de forma globalizada, através dos meios de comunicação de massa e do sistema educacional[7].

A singularização é a forma que o homem tem de recusar todos esses modelos de manipulação a que é submetido. Singularizando-se, o homem cria novos modelos e possibilidades de se relacionar com o outro, com a produção e com a criatividade: criando uma subjetividade singular, tornamo-nos diferentes no igual. Apesar de termos aspectos constituintes na produção de uma subjetividade que se quer igual, somos também diferentes, pois os agenciamentos são múltiplos e independentes de um modelo.

É homem relacional, que se constrói enquanto subjetividade no seio das relações da sociedade em que vive. Sociedade esta que articula seus mecanismos de saber e poder, em detrimento aos seus interesses, colocando em segundo plano necessidades humanas.

Considerando que as relações de trabalho não são apenas relações de produção, desvinculadas de uma sociedade, e sim relações de poder, estarei usando como aporte teórico, no que se refere ao conceito de poder, as reflexões de Michel Foucault[8]. É ele quem indica que o

---

[7] Veja-se exemplos concretos e respectivos para os dois extremos propostos pelos autores. Nas sociedades tradicionais, com relações face-a-face, o outro será para mim, subjetivamente, o resultado da sua fala, do seu aspecto físico, da sua vestimenta, da sua linguagem corporal, da intensidade do seu olhar e assim por diante. Nas sociedades modernas, com as relações virtuais da rede de computadores, o outro será para mim, subjetivamente, o resultado do seu domínio dos códigos computacionais e da edição e formatação dos textos que ele me manda pelo e-mail.

[8] O poder é um dos conceitos fundamentais da obra de Michel Foucault. A este respeito veja-se as obras: *Microfísica do poder.* 10ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1992; *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1987; *A ordem do discurso.* Aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996; *A história da sexualidade I. A vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal, 1997.

poder é efeito de posicionamentos estratégicos e não um privilégio adquirido da classe dominante; é um conjunto de estratégias e não uma propriedade; é um exercício e não uma posse.

Michel Foucault, em sua genealogia do poder, defende a tese de que o homem é uma produção do poder e do saber. Isto significa que o homem é, por conseqüência, relacional. Constituindo-se no interior da história, à medida que se apodera deste saber, estará sempre em transformação. Para o mesmo autor não existe uma teoria geral do poder. O poder é uma prática social que se constitui historicamente enquanto relação: que se efetua e se exerce. O conhecimento ocorre através da compreensão das relações de luta e de poder que os homens travam entre si.

A grande contribuição da obra de Foucault é indicar que o poder não tem endereço. Isto é, costumou-se delegar ao Estado ou as Instituições o foco absoluto de toda a origem do poder e da dominação. Ele nos chama a atenção para o poder "molecular", que está disseminado como um vírus por todas as relações da sociedade. Isto não significa dizer que o papel do Estado ou das Instituições não seja importante, mas sim que o fato de se suprimir estes aparelhos não fará com que o poder desapareça.

O poder está presente em toda a existência do trabalhador: dentro e fora do local de trabalho; na educação e formação profissional dele e de seus filhos; na alimentação, vestuário, transporte, habitação, lazer, etc. Este se dilui nas várias estratégias de repressão e censura da sociedade, podendo ser produtivo, sedutor, aliciador e agregador.

A produção de subjetividade, neste sentido, estabelece-se como resultado de um conjunto de posicionamentos estratégicos, no qual a discursividade é um fator preponderante, pois permeia as relações humanas. Estarei descrevendo, portanto, não apenas uma sociedade disciplinar, tal e qual analisada por Foucault, e sim uma sociedade de controle como a que é proposta por Deleuze e Guattari.

Estudar uma empresa, portanto, deste ponto de vista teórico, implica em ter como objeto de reflexão não só a história empresarial ou a dinâmica organizacional mas, primordialmente, os homens que a produzem. Homens que são eminentemente sociais, formando diferentes espaços e territórios, produzindo determinados tipos de subjetividades e de singularizações, conforme os agenciamentos produtores do campo social.

Estes agenciamentos têm como objetivo final o controle daquela sociedade. Controle que extrapola as relações de produção e se manifestam em todas as instâncias da vida do trabalhador.

A manipulação se dá, também, através de práticas discursivas que aos poucos são assimiladas e vivenciadas como algo natural ao ser humano e não mais como produções históricas. É o próprio homem quem elabora e submete-se a leis, normas, formas de conduta de ser e de estar no mundo, que são vivenciadas por ele como algo natural do ser humano.

No resgate da história da FORÇALUZ , os orientadores foram os próprios trabalhadores que, através de suas experiências e memórias, com informações detalhadas e preciosas, decorrentes de suas vivências diárias, do cotidiano de seus trabalhos no setor elétrico, me conduziram, informaram e esclareceram.

Mas, além de entrevistar trabalhadores e dirigentes da FORÇALUZ, as Usinas foram visitadas e esquadrinhadas; dados técnicos acerca dos geradores, capacitores e transmissores foram compilados; relatórios financeiros foram consultados; balancetes mensais, semestrais e anuais foram contabilizados; a evolução salarial de operários e diretores foi investigada. Cofres lacrados e empoeirados foram acessados. O aspecto imponente das máquinas e dos prédios e a beleza dos cenários, pouco a pouco, passaram a plano de fundo, enquanto, em primeiro plano, procurava-se identificar a multiplicidade de relações historicamente estabelecidas, de subjetividades exercidas e de discursos construídos.

A FORÇALUZ, ao construir as Usinas, abriu estradas vicinais que são transitáveis até hoje. Ao percorrer estas estradas é que se encontra as residências dos trabalhadores: lugares marcados de histórias e estórias. Foram ali que eles iniciaram suas vidas, criaram seus filhos, tendo o ambiente das Usinas não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço doméstico.

O fato da energia elétrica não poder ser gerada e guardada mas, ao contrário, ser produzida e lançada diretamente na distribuição, exigia a disponibilidade absoluta do trabalhador para que não ocorresse nenhuma forma de interrupção na entrega da "mercadoria" vendida. Portanto, os trabalhadores deveriam estar sempre alertas, prontos para qualquer problema, ocorrência ou disfunção produtiva ou distributiva. O calendá-

rio normal dos trabalhadores não existia para eles: domingos, feriados e festividades não eram dias livres para o lazer e a família. Manhãs, tardes, noites e madrugadas eram horários indiferenciados, que faziam parte de suas funções e atribuições.

O barrageiro da Usina, por exemplo, devia controlar ininterruptamente o funcionamento da mesma. A alternância natural entre os períodos de cheia e estiagem obrigava os trabalhadores e suas famílias, independente do horário de trabalho e das condições climáticas, a regularem a produção de energia e a vazão do rio. Em períodos de cheias, ocorrendo um aumento excessivo do nível d'água o barrageiro era obrigado a abrir as comportas, para que estas não fossem danificadas. Da mesma forma, em períodos de estiagem, tinham que acompanhar diuturnamente a vazão do rio para garantir a produção energética.

De acordo com depoimentos coletados os trabalhadores das barragens do Vale do Itajaí eram obrigados a extrapolar as suas obrigações contratuais. Era deles, por exemplo, o trabalho de medição constante do nível dos rios, com a elaboração de gráficos estatísticos para manter a população informada sobre a iminência de cheias, fenômeno que sempre marcou a vida das cidades do Vale do Itajaí. A previsão destes trabalhadores era fundamental para os moradores das localidades mais atingidas pelas enchentes, no sentido de prevenir os danos causados pelas cheias.

O trabalho executado nas Usinas exigia dos trabalhadores uma aprendizagem específica sobre como lidar com as máquinas e com o próprio ambiente destas, com o regime dos rios e lagos, criando um maior vínculo empregatício com maior estabilidade. Por outro lado, ao oferecer moradia aos trabalhadores da Usina no próprio ambiente de trabalho, além deste se apegar ao local e cuidar dele como se próprio fosse, implicava em manter vigilância e cuidado sobre o local durante as 24 horas do empregado e, por extensão, de toda a família.

Assim, os filhos acabavam tendo como local de moradia, o mesmo local de ensino - aprendizagem para as funções que iriam desempenhar ao substituir os pais. Este fator, associado a dedicação da família, implicava para a Empresa uma economia considerável, pois além de não gastar com treinamento e substituição de mão de obra especializada para o trabalho, ganhava no cuidado com as máquinas e na conservação do ambiente.

Mas, o que importou para os trabalhadores das usinas, é que elas significaram as suas existências. Eles passaram a vida construindo e preservando as unidades geradoras de energia. Neste afã, alguns perderam a saúde. Outros perderam os parentes. Outros ainda perderam a própria vida. Nesta contínua descontinuidade havia, entretanto, uma circularidade hereditária: os pais eram substituídos pelos filhos nos mesmos trabalhos, à medida que estes cresciam dentro da usina. O local de trabalho, mais do que o cotidiano, foi o mundo destas pessoas. Foram elas que, preteritamente, viveram a história destas Usinas. Foram elas, pais, filhos e netos que, juntos, serviram-nos de guias. Elas viveram o cotidiano das Usinas. É a partir delas que a história da FORÇALUZ será contada.

Nos depoimentos destes funcionários perceber-se-á uma nostalgia dos costumes que haviam antes da utilização da energia elétrica: as conversas na varanda, com os rostos mal iluminados pela luz do querosene queimando nos candeeiros; os projetos, problemas e expectativas familiares, por vezes sussurrados, por vezes entrecortados pelo agourento piar das aves noturnas. Preocupações e felicidades discutidas neste espaço em que a luz e a sombra se alternavam, clareando e escurecendo faces e emoções. Não é por acaso que um dos entrevistados constatava que *com a luz, parece que o encanto se quebrou. Depois que veio a energia elétrica, a gente discutia enquanto comia e depois cada um ia procurar o que fazer*[9].

São lembranças dos antigos "serões" em que o chefe, a família, os parentes e os aderentes agregavam-se para gastar o resto da noite, aguardando o benfazejo e repousante sono. Com a introdução da luz elétrica esses serões foram pouco a pouco rareando, até desaparecer por completo. A introdução da energia elétrica teria propiciado a individualização, onde cada um iria cuidar de seus afazeres e lazeres.

Os depoimentos transcritos ao longo deste trabalho indicarão, simultânea e contraditoriamente, uma louvação ao progresso propiciado pelas inovações tecnológicas que facilitaram a vida das pessoas,

---

[9] CAETANO, Itamar Ludovico. *Entrevista concedida a autora.* Itajaí: agosto de 1995. Funcionário da FORÇALUZ desde 1955, tendo se aposentado pela CELESC.

possibilitando uma maior intervenção e controle do homem sobre a natureza, ao mesmo tempo em que alterou completa e profundamente as suas maneiras de ser e estar no mundo, ou seja, as suas subjetividades. Essa experiência foi possibilitada pela introdução e difusão das máquinas que, cada vez mais, intermediavam as relações humanas. Ao se inserirem na vida das pessoas, as máquinas estabeleceram novas práticas, com um novo ritmo que não é mais o da natureza.

Até chegar ao domínio da energia hidrelétrica, o homem já havia se apropriado de outras formas de rendimento energético que permitiram maximizar consideravelmente a produtividade, como o carvão, o vapor, o gás e o petróleo. Contudo, ainda assim, ele estava preso aos estoques da natureza, pois seu uso era limitado e seu *quantum* esgotável. Com o aproveitamento da energia gerada pelo ininterrupto movimento das águas, definitivamente, o tempo do homem se desvinculou do tempo da natureza. Ele não estava mais dependente da lua ou do sol para iluminar o seu mundo e as suas vidas. Nem do vento, comandado por Hermes, nem do fogo, roubado dos deuses por Prometeu, ele dependia mais para movimentar as suas existências e suas máquinas. O homem, finalmente liberto dos aterrorizantes temores das trevas, podia reclamar tal e qual Goethe na sua última exclamação: - "Luz, mais luz".

Para Maria Stella Martins Bresciani, desde a quebra deste ritmo, a *noção de trabalho se impôs soberana no mundo moderno* [...] *fundada na noção da conquista progressiva da natureza pelo homem* [10] Ao quebrar o ritmo da natureza, a dinâmica das máquinas e dos instrumentos técnicos se impôs. A mesma autora indica o grande paradoxo da sociedade contemporânea:

> *... o crescente desconforto do homem em meio a um mundo de artefatos criados por ele mesmo. Até parece que assistimos à vingança dos deuses à ousadia prometeica de pretender dar aos homens – através do uso do fogo -, a possibilidade de*

[10] BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e Dissonância. Sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. In: *Revista Brasileira de História.* V.6, n.º 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. p.8.

ascender à condição divina de criador de coisas, libertando-o da modesta e subserviente situação de mero reprodutor dos frutos da natureza. *[...]* Com certeza essa rebeldia constitui algo profundo e especificamente humano: a negação de passar pela terra sem deixar marcas, sem criar um mundo entre os homens que permaneça para além da transitória e limitada vida humana[11].

Nesse sentido, a energia elétrica faz parte de um mundo onde o ambiente natural é sobrepujado. Contudo, mais do que transformar a natureza, a energia elétrica propiciou a utilização de máquinas e artefatos, que transformaram a sociedade e os homens.

Criaram-se novas práticas de trabalho, exigindo do homem um submetimento ao ritmo das máquinas que, cada vez mais especializadas, demandaram trabalhadores qualificados, instalando-se uma sociedade industrial que sucateou costumes e tradições inadequadas a este novo mundo: o dito mundo moderno.

Neste novo mundo é o homem que deve se adaptar ao ritmo da máquina que, embora criada por ele mesmo, transmuta-o em uma mera sombra. Na aposta humana da perenidade das coisas, o homem acaba fenecendo e as máquinas sobrevivendo. É esse mesmo mundo que, ao invés de acolher o homem, expulsa-o como ser quase inútil[12].

Foi, portanto, a partir dessas modificações, que passou a dominar no imaginário ocidental, a habilidade em lidar com as máquinas como valor positivo, implantando-se o ritmo da mão-de-obra sincronizado com o ritmo das máquinas. O tempo, antes naturalmente cíclico, foi desprezado em função de um tempo linear, regulado pelas máquinas[13]. O trabalho anterior do artesão e sua autodeterminação de produzir, foi abolido e reunido pelo capital na fase de cooperação, transformando-o no operário

---

[11] *ibidem.* p.10.

[12] *ibidem.* p.12. A autora acompanha a posição de MUNFORD, Lewis. *Arte e Técnica.* São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.11., sobre a organização mecânica e o automatismo que vem colocando o homem como secundário nas relações de trabalho.

[13] Uma discussão mais aprofundada acerca do tempo e suas modificações geradas pelas modernas tecnologias, com destaque para a técnica cinematográfica, pode ser encontrada em OTT, Ari & BASTOS, Maria do Carmo. *O tempo nos filmes de ficção científica.* Florianópolis: UFSC, texto inédito.

fabril. Dessa maneira, *aparece consumada a dolorosa separação entre concepção e execução, entre idéia e produção, entre arte e técnica* [...] *ou entre a subjetividade e a objetividade do homem* [14]. É um novo saber fazer que surge e um novo trabalhador que nasce, pois só se adapta ao sistema produtivo quem se adapta as máquinas.

[14] BRESCIANI, op. cit., p.8 citando MUNFORD, op. cit., p.11.